



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Procedimento de Gestão Administrativa nº 15.671/2020-CGMP
Assunto: Consulta
Interessada: Ana Araújo Ximenes Teixeira Mendes

PARECER

Trata-se de consulta formulada pela Promotora de Justiça Ana Araújo Ximenes Teixeira Mendes, 2ª Promotora de Justiça de Mossoró, em virtude da Lei nº 13.869/2019 (arts. 27, 30, 33), sobre a possibilidade de instauração de Procedimento Administrativo com base no art. 8º, inciso IV, da Resolução nº 012/2018-CPJ, ou outro procedimento cabível, para acompanhar as medidas adotadas por hospitais e laboratórios da rede privada para enfrentar a epidemia do COVID-19.

É o relatório.

Como defensor dos direitos inerentes à sociedade, o Ministério Público dispõe de alguns instrumentos para viabilizar sua atuação na esfera extrajudicial, dentre os quais está o procedimento administrativo, disciplinado pela Resolução nº 174/2017-CNMP e, no âmbito local, pela Resolução nº 012/2018-CPJ.

A definição do procedimento administrativo em tais diplomas legais contempla a possibilidade de sua instauração para acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis, bem como embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil.

Sobre a temática posta em análise pela presente consulta, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou uma pandemia



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

do novo Coronavírus, o COVID-19, em razão dos níveis alarmantes de contaminação e percentual considerável de mortalidade, especialmente em pessoas idosas, implicando, em consequência, na tomada de decisões com ações de prevenção e enfrentamento mais rigorosa.

No âmbito nacional, foi publicada a Lei nº 13.979/2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e o Ministério da Saúde publicou o seu Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, com uma série de medidas de resposta ao novo vírus.

No âmbito estadual, também foram publicados os Decretos nºs 29.513/2020, 29.541/2020 e, mais recentemente, 29.556/2020, todos trazendo medidas emergenciais referentes ao enfrentamento da pandemia do COVID-19 no território estadual.

Diante de tal cenário, o Ministério Público, como guardião dos direitos do cidadão, deve acompanhar de perto as providências adotadas pelo Estado e pelos Municípios no enfrentamento da presente situação. Os CAOPs vêm editando notas orientativas, bem como divulgando modelos de recomendações para auxiliar os membros no exercício dessa missão, de acordo com as atribuições legais da unidade ministerial, de modo que a instauração de procedimentos administrativos para o respectivo acompanhamento nos parece a medida mais adequada para tal finalidade.

Ressalte-se que o procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico, cabendo ao membro a instauração de procedimento próprio para essa finalidade, caso se faça necessário.



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Volvendo a atenção para os dispositivos da Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre crimes de abuso de autoridade, citados na presente consulta, entende este órgão correicional que não se aplicam ao caso, razão pela qual a instauração de procedimento administrativo com o objeto ali proposto se mostra perfeitamente possível.

Vejamos o que dizem os dispositivos citados na consulta da 2ª Promotora de Justiça de Mossoró/RN, com grifos acrescidos:

Lei nº 13.869/2019

Art. 27. Requisitar instauração ou instaurar **procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa:**

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. **Não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada.**

[...]

Art. 30. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa **sem justa causa fundamentada** ou contra quem sabe inocente:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

[...]

Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, **sem expresse amparo legal:**

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se utiliza de cargo ou função pública ou invoca a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido.

Como se vê, a instauração de procedimento administrativo para embasar atividade não sujeita a inquérito civil, *in casu*, para acompanhar as medidas adotadas por hospitais e laboratórios da rede privada para enfrentar a epidemia do COVID-19, desde que dentro das atribuições legais do membro, não colide com as prescrições legais citadas, vez que não se trata de instauração de procedimento de cunho investigatório propriamente dito, sem justa causa fundamentada e sem expresse amparo legal.




Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, para que a consulta seja respondida nos termos acima.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 25 de março de 2020.


Flávia Felício Mathias da Silva
Promotora Corregedora I



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555
Telefone: 9 9972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Procedimento nº 15.671/2020-CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Ana Araújo Ximenes Teixeira Mendes

DECISÃO

Aprovo e adoto o parecer da lavra da Promotora Corregedora Flávia Felício Mathias da Silva (fls. 03-06), como razão de decidir.

Encaminhe-se cópia do referido parecer, bem como da presente decisão, à Promotora de Justiça Ana Araújo Ximenes Teixeira Mendes, para ciência.

Cumpridas as formalidades de estilo visando à instrução e à conclusão do procedimento, resta esgotado o objeto dos presentes autos.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

Efetue-se a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, **remetam-se** os autos ao arquivo.

Cumpra-se.

Natal, 25 de março de 2020.

Carla Campos Amico
Corregedora-Geral do Ministério Público